

Memória da 46ª Reunião do Comitê Gestor de Capacitação – CGCAP 12/02/2016

Às quinze horas e trinta minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e dezesseis, presentes, Andrea de Marque, Helena Araujo, Gabriela Araujo, Iran Sotero, Gabriela Leonhard, Katia Ribeiro, Beatriz Nascimento, Felipe Rezende, Virginia Talbot, Patrícia da Silva e por meio de videoconferência os servidores da ACADEBio Ricardo Brochado, Rafael Costa, Thais Rossi, Fernanda Mendes e Maria Flavia Nunes, para deliberação acerca das capacitações demandadas pelas diversas áreas do instituto, de modo a subsidiar o PAC – Plano Anual de Capacitação do ICMBio, de acordo com o disposto na Portaria N]111 de 4 de março de 2010. Foi inicialmente apresentada a tabela de cursos propostos pelas várias áreas, com algumas inclusões em relação à reunião anterior. Foi feita uma análise mais detalhada dos cursos em relação à necessidade de custeio integral, parcial ou praticamente nulo com recursos do orçamento. É importante reiterar que todos os cursos oferecidos pela casa, com recursos orçamentários ou externos, devem ser inseridos no PAC, para que seja computado o esforço de capacitação, a equidade de oportunidades aos servidores e para que possam receber apoio da ACADEBio em sua execução. Foi feita uma estimativa de complementação de recursos necessária a alguns cursos dentre aqueles com forte parceria externa. A demanda por capacitação já está bastante reduzida em relação aos outros anos, refletindo o cuidado com as restrições orçamentárias, e foi evidente o esforço de composição de recursos. Muitos cursos da área administrativa podem vir a ser realizados por meio de aproveitamento de oportunidades de cursos oferecidos por outras instituições, como ENAP, ANA, MMA e outros. Por sua vez, muitos dos cursos das áreas mais finalísticas contam com recursos parciais ou integrais de fontes como ARPA, GEF, GIZ e outros. Foram feitas algumas ponderações quanto à oportunidade este ano de oferecer o curso de formação de instrutores (CFI) mas ponderou-se que é em grande parte investimento em parceria com outras instituições da área ambiental, fortalecendo esta prática de formação de instrutores, e que os custos para o ICMBio serão reduzidos, cobrindo poucas vagas para servidores do órgão. Outro curso que suscitou maiores debates, em função dos custos envolvidos, é o que visa a capacitação no uso do SEI – Sistema Eletrônico de Informação, a ser implementado em todo o Instituto. Grande parte dos servidores será capacitada à distância mas foi trazida a estimativa de 335 funcionários a serem capacitados presencialmente (um por unidade), provavelmente por meio de nucleações, nas CRs, por exemplo. A proposta não estava ainda fechada pela área proponente, mas o Comitê entendeu que é seu papel fazer considerações sobre o curso e propor estratégias de redução de custos sem perda de qualidade e sem reduzir a importância da capacitação proposta. A Coordenadora geral da CGGP, perante o posicionamento do comitê, julgou necessário trazer um representante da área proponente e houve então uma rápida participação do diretor da DIPLAN, Rogério Guimarães. Considerou-se que a proposta poderia acarretar em custos bastante elevados, comprometendo outras capacitações importantes, e portanto foram trazidas algumas propostas de redução de custos, como o aproveitamento de momentos de reuniões de servidores nas CRs ou na própria ACADEBio para a capacitação presencial. Fomos então informados de que a proposta ainda não estava pronta para apreciação, e de que não necessariamente estaria no PAC. Os membros presentes do Comitê entendem que o processo formativo deve estar inserido no PAC, como todos os demais, mesmo que financiados por outros recursos. Aguardar-se-á, portanto o envio da proposta mais avançada em seu arranjo de implementação para análise pelo comitê. Duas áreas manifestaram alguma incerteza em relação à viabilidade de demandar capacitações este ano, mas reiteraram que são necessárias – são elas a gestão socioambiental, que está desdobrando este ano

o programa de voluntariado, com capacitações específicas mas ainda não delineadas, e a avaliação de impacto, com formação específica na área de licenciamento. Houve a orientação de que estes cursos sejam apresentados quando da revisão de meio termo, quando as propostas estiverem mais maduras. Com base nestas considerações, a reunião foi encerrada as 17:00h.